

Ao Estilo Holandês: As Atividades de Combate às Drogas na Província Afegã de Uruzgan

Erik Donkersloot, Real Força de Defesa da Holanda;
Sebastiaan Rietjens; e
Christ Klep

Este artigo é baseado na pesquisa de mestrado de Erik Donkersloot, sob a supervisão dos coautores.

Na realidade, há somente uma sociedade que até hoje não se engajou no cultivo ou no desenvolvimento de substâncias entorpecentes: os esquimós.

—David Macdonald, *Drugs in Afghanistan*

Um dos principais produtores europeus de drogas sintéticas, incluindo ecstasy, e área de cultivo de cannabis; uma importante porta de entrada para a cocaína, a heroína e o haxixe que chega à Europa; principal fornecedor de ecstasy ao mercado dos EUA; grande setor financeiro vulnerável à lavagem de dinheiro; importante consumidor de ecstasy¹.

EM SEU CONHECIDO *Factbook*, a Agência Central de Inteligência (CIA) descreve a Holanda de forma muito negativa, como estando próxima de ser um narco-Estado². De fato, as drogas são a primeira coisa que vem à mente de muitos norte-americanos quando se fala em Países Baixos. Por ironia do destino, os dois países acabaram combatendo as drogas e as redes de narcotraficantes no Afeganistão, atuando juntos como integrantes da Força Internacional

de Assistência à Segurança (ISAF, na sigla em inglês). Isso nos leva a uma questão interessante: Como os holandeses veem a guerra contra as drogas naquele país da Ásia Central? É possível identificarmos uma “Abordagem Holandesa” para o problema?

A produção de papoulas no Afeganistão cria um dilema incômodo. Por um lado, oferece uma renda estável para os fazendeiros afegãos. O sociólogo David Macdonald a descreve como “uma cultura agrícola comercial com forte valor de mercado, fácil de transportar e vender, relativamente resistente à seca”³. Por outro lado, o Afeganistão é responsável por 90% da produção mundial de papoula e é o maior exportador dessa matéria-prima para a heroína e a morfina.

A rede de drogas é complexa. Os fazendeiros afegãos vendem sua papoula ou ópio a intermediários. As drogas são contrabandeadas para fora do Afeganistão por meio de bazares, com a ajuda de funcionários corruptos do governo e milícias armadas. O Talibã havia proibido o cultivo de papoula em 2000, mas a produção simplesmente mudou para áreas que estavam fora de seu controle. Além disso, a redução da oferta de papoula fez com que o preço pago ao produtor subisse ainda mais. Mais do que nunca, o Afeganistão pode ser caracterizado como um narco-Estado dominado

Erik H.F. Donkersloot é cadete na Academia Real de Defesa da Holanda, em Breda. Ele possui mestrado pela Universidade de Utrecht, na Holanda.

O Major Sebastiaan Rietjens é professor assistente na Academia Real de Defesa da Holanda. Sua área de interesse é a interação entre civis e militares durante as operações de paz, com destaque para o Afeganistão, país que ele visitou várias vezes. Seu livro mais recente é

Managing Civil-Military Cooperation: A 24/7 Joint Effort for Stability.

O Professor Christ Klep é historiador militar especializado em operações de paz com participação holandesa. Sua pesquisa analisa, entre outros temas, as consequências de três operações de paz que não deram certo: Somália, Ruanda e Srebrenica. Ele possui doutorado pela Universidade de Utrecht, na Holanda.



Um fuzileiro naval dos EUA percorre um campo de papoula no Distrito de Garmsir, no Afeganistão, 01 Apr 10.

por máfias, com envolvimento de cartéis de drogas nacionais e internacionais.

A questão das drogas é um dos problemas mais importantes enfrentados pelos Estados Unidos, pela ONU, pela ISAF, pelo governo do Afeganistão e pelas organizações não governamentais, na busca por uma abordagem de desenvolvimento do país que seja bem-sucedida⁴. Em 2002, o Reino Unido passou a ser formalmente o encarregado da política antidrogas a ser desenvolvida para o Afeganistão. Ainda assim, em 2007, a produção de ópio atingiu o recorde de 8.200 toneladas⁵. Nos últimos dois anos, a área total plantada com papoula diminuiu. No entanto, tal redução não se verificou nas Províncias instáveis no sul, justamente onde se encontra a insurgência mais intensa. De fato, há um excesso de produção de ópio no sul do Afeganistão.

Os efeitos negativos são evidentes: destruição nas áreas social, econômica e política, em parte porque 50% da renda das Forças militantes da oposição provém do tráfico de drogas⁶.

A corrupção de autoridades do governo é endêmica, alimentada pelo tráfico. Os políticos temem perder apoio popular se programarem medidas rigorosas contra a produção de ópio.

É necessário que haja uma estratégia antidrogas específica e consistente, para que se possa lidar com esse problema fundamental. No passado, diferentes estratégias foram desenvolvidas para combater as drogas em países como a Colômbia (cocaína) e Mianmar (ópio). A quantidade de convenções, acordos e organizações internacionais para combate às drogas está aumentando progressivamente e muitos métodos diferentes têm sido analisados. O *think tank* Senlis Council, por exemplo, argumenta que as drogas afegãs poderiam ser usadas para fins medicinais⁷.

A Política Afegã de Combate às Drogas

A política oficial de combate às drogas do Afeganistão consta da Estratégia Nacional de Controle de Drogas (*National Drug Control*

Strategy — NDCS), de 2006⁸. Embora o Ministério de Combate aos Narcóticos seja responsável pela execução dessa estratégia, ele depende dos Ministérios do Interior e da Defesa, já que esses são os responsáveis pelo Exército, pela polícia do Afeganistão (incluindo a Polícia Antidrogas) e pela Força de Erradicação Afegã, organização responsável pela destruição de campos de papoula.

A política antidrogas afegã ainda não obteve resultados satisfatórios. Perguntas surgem sobre onde estão os “gargalos” e sobre qual seria a abordagem capaz de levar ao sucesso. Este artigo se concentra em dois pilares importantes da NDCS — erradicação e interdição⁹. A erradicação inclui a destruição dos campos de papoula, enquanto a interdição está concentrada na eliminação dos traficantes e na busca dos laboratórios de drogas e das matérias-primas usadas na produção de heroína. A interdição também inclui atividades de combate à corrupção e o estabelecimento de unidades especiais de polícia.

É de particular interesse comparar os dois pilares se levarmos em conta que, desde 2008, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) mudou seu enfoque no Afeganistão da

erradicação para a interdição. As razões para isso tornam-se evidentes quando se observa o exemplo da Província de Uruzgan, onde a responsabilidade dos holandeses foi de meados de 2006 a meados de 2010.

Uruzgan permanece sendo uma Província problemática, apesar da redução de 7% na produção de papoula, em 2009¹⁰. Ela segue sendo a cultura mais importante e, segundo o Escritório da ONU para Drogas e Crimes, ofusca todas as demais na Província¹¹. Quase dois terços da população retiram parte de sua renda do cultivo de papoula. À “Força-Tarefa Holandesa Uruzgan” não foi atribuída a tarefa de erradicar campos de papoula, mas os problemas associados às drogas acabaram gerando consequências negativas para a missão da tropa holandesa¹².

Erradicação

*“Por que você não atira em nós agora mesmo? Se você destruir minha plantação, todos nós iremos morrer, de qualquer maneira!”*¹³

A maioria dos fazendeiros não quer depender do governo central do Afeganistão para sua subsistência. Aos seus olhos, o governo central



CFN dos EUA. Sgt Jesse Stence

Um integrante da Força de Segurança Nacional afegã, durante operação de erradicação de papoula no norte de Marjah, na Província de Helmand, Afeganistão, 26 Mar 11.

é corrupto e ineficiente, enquanto a papoula lhes proporciona uma renda mais ou menos estável. A tradição e o *status* social geralmente fortalecem essa opção: a papoula não é considerada imoral. É um produto resistente e fácil de transportar e armazenar. Comerciantes locais recolhem a papoula após a colheita, liberando os fazendeiros de quaisquer obrigações adicionais.

A erradicação é classificada como uma “ferramenta para redução da oferta de drogas”, pela estratégia da NDCS, e é efetiva porque a simples ameaça de erradicação estimula os fazendeiros a adotar outras culturas, que não sejam ilegais. A pulverização aérea de inseticidas é o método de erradicação mais econômico. Contudo, a maioria dos países da ISAF evita empregá-lo, pois ele afeta negativamente a imagem das Forças, além de diminuir a fertilidade da terra. A erradicação “presencial” das plantações tem sido a opção prioritária, seja pelo uso de ferramentas manuais ou pesadas, seja simplesmente pela queimada. Em geral, os fazendeiros não recebem compensação financeira pela papoula erradicada (em casos excepcionais, recebem um único pagamento, de pequeno valor): agir segundo a lei não é algo a ser recompensado. A NDCS enfatiza que a erradicação deve ocorrer no início da temporada, antes de a papoula florescer, de modo a permitir que os fazendeiros tenham tempo para iniciar outras culturas.

Muitos especialistas acreditam que a erradicação das plantações não é eficaz e, na

A papoula segue sendo a cultura mais importante e... ofusca todas as demais na Província.

verdade, é contraproducente¹⁴. Os fazendeiros são muito dependentes do cultivo da papoula. São raras às vezes em que aceitam passivamente que seus campos sejam destruídos. Praticamente todas as operações de erradicação são executadas à força, em uma abordagem que tenta parecer afegã, graças à NDCS, uma iniciativa encorajada pela ISAF¹⁵.

Portanto, fica difícil demonstrar o “êxito” do método de erradicação utilizando dados estatísticos. O governo afegão e a comunidade internacional entendem isso. Pode ser que, por exemplo, uma acentuada redução na área utilizada para o plantio de papoula não represente um verdadeiro indicador de sucesso. É fácil mudar a plantação de papoula para áreas controladas por Forças militantes adversas. Como já dito por Barnett Rubin e Jake Sherman, dois estudiosos do Afeganistão, “A erradicação incentiva que o cultivo se espalhe geograficamente”¹⁶. Além do mais, a quantidade de papoula colhida por hectare pode variar ano a ano, com base nas condições de cultivo. Há, também, a questão de que o ópio pode ser armazenado por longos períodos, quando ocorrem supersafras. Em anos de baixa produção, os preços voltam a subir. O plantio é dinâmico demais para se chegar a uma conclusão clara com respeito ao “sucesso” ou ao “fracasso” na erradicação.

As consequências negativas da erradicação podem ser ainda mais evidentes. Primeiro, o preço da papoula aumenta, em vez de diminuir — a escassez leva a um aumento do valor de mercado. Isso atrai novas redes de drogas e cria conflitos entre fazendeiros, que podem aumentar seu lucro quando os campos de fazendeiros rivais são erradicados. Segundo, a erradicação aumenta ainda mais a dívida dos fazendeiros de papoula. Muitos deles pedem empréstimos consideráveis aos traficantes, a serem pagos, em parte, com a papoula produzida. Terceiro, a erradicação fortalece as Forças militantes adversas, não apenas financeiramente, mas também em termos militares e políticos: são eles que transportam e vendem as drogas. Como observado por Richard Holbrook, representante especial dos EUA para o Paquistão e o Afeganistão, “A erradicação pode ter destruído alguns hectares, mas não reduziu a quantidade de dinheiro que o Talibã recebe em nem um dólar”¹⁷. Além disso, a erradicação estimula os fazendeiros a se juntarem às Forças militantes, simplesmente porque não têm alternativa. Quarto, a erradicação alimenta a inquietação social e as tensões tribais. Os fazendeiros se opõem às autoridades e às equipes de erradicação, resultando, às vezes, em perda de vidas. Alguns governadores provinciais lucram com a erradicação de certas áreas, enquanto outros, por seus próprios interesses,



CFM dos EUA, Cb Aaron Rooks

Militares estadunidenses, pertencentes à Brigada Expedicionária de Fuzileiros Navais-Afeganistão, despejam gasolina sobre sacos com sementes de papoula, no Bazar de Salaam, na Província de Helmand, Afeganistão, 06 Out 09.

nada fazem. Os campos dos mais influentes são frequentemente deixados em paz. Para “marcar pontos”, as autoridades locais erradicam campos de papoula de pequenos fazendeiros, que não têm como se defender.

Até que ponto essas preocupações se aplicam a Uruzgan, a “Província holandesa”? Para começar, o governo holandês nunca apoiou verdadeiramente essa forma impopular de combate às drogas, de resultados pouco duradouros: a erradicação, por si só, não pode oferecer uma solução de longo prazo (sem que haja alternativas); ela vai de encontro à abordagem de conquista de corações e mentes e ao esforço de reconstrução do Afeganistão¹⁸. O governo holandês defende que não era tarefa das tropas da ISAF destruir as drogas. Portanto, a Força-Tarefa (FT) Uruzgan não iria dedicar seus escassos meios militares a essa tarefa. Ao adotarem essa postura, os holandeses contrariaram as políticas estadunidense e britânica, que eram a favor da erradicação.

A Força-Tarefa Uruzgan não pôde contornar o problema totalmente: a erradicação constituía um pilar importante da estratégia da NDCS e, afinal, a FT estava lá para apoiar o governo afegão. Houve pouca interação com as equipes

pequenos fazendeiros. Contudo, isso nem sempre deu resultados positivos e ocorreram vários incidentes. Por exemplo, enquanto o Chefe de Polícia Juma Gul erradicava vários campos de papoula de forma aleatória, havia algumas atividades de erradicação que discriminavam certas tribos. A Força-Tarefa Uruzgan receava que os campos da tribo Popolzai não seriam tocados, porque o Presidente Karzai era integrante dela. De fato, acabou que apenas uma fração, dos 800 hectares desses campos que estavam previstos para serem erradicados, foi destruída.

O caso de Uruzgan nos mostra que a erradicação é uma ferramenta para a redução da oferta de drogas que pode causar problemas tribais e sociais de longo alcance, mexendo com o equilíbrio de forças na Província. Favorece mais ao jogo de poder político do que à redução do cultivo de papoula.

Interdição

“Está na hora de mudar o enfoque. Estamos concentrados demais no cultivo e pouco no topo das redes de exploração das drogas”¹⁹.

A partir do final de 2008, o governo afegão e a comunidade internacional passaram a reconhecer

que uma estratégia alternativa, voltada para a interdição, poderia levar a resultados mais rápidos. Essa linha não se concentra diretamente no combate à produção de papoula, mas na paralisação do comércio de ópio, da heroína e de outras drogas, por meio da localização e destruição de bazares, armazéns, laboratórios e produtos químicos relacionados ao ópio. Outros meios incluem a detenção de traficantes e a apuração de casos de corrupção relacionados às drogas, em todos os níveis.

O papel principal da ISAF é o de prestar apoio militar, como proteção, Inteligência, treinamento e logística; não o de combater a corrupção relacionada às drogas ou o de realizar operações de interdição de forma proativa.

As redes de tráfico de drogas são frequentemente complexas e organizadas em vários níveis. Os traficantes de ópio (quase sempre poderosos chefes de gangues locais) emprestam dinheiro aos fazendeiros para torná-los dependentes financeiramente. Os chamados “traficantes de portão de fazenda”

(*kamishankars*) — dois ou quatro por aldeia — recolhem a papoula dos fazendeiros. Geralmente vivem na mesma aldeia e se conhecem muito bem. Os traficantes de aldeia vendem seu produto nos bazares de ópio aos traficantes locais (traficantes da área) que, por sua vez, vendem aos traficantes da Província. Esses mantêm conexões estreitas com as redes de drogas internacionais, responsáveis por transformar o extrato de papoula em derivados do ópio (quase dois terços da papoula são processados no país, sendo transformados em um produto muito mais valorizado: a heroína) e por contrabandeá-los ao Paquistão, ao Irã ou às repúblicas da Ásia Central (veja a figura). Estima-se que haja 1.000 traficantes ativos nos escalões intermediários do governo afegão e cerca de 30 no alto escalão²⁰. Autoridades corruptas e Forças militantes facilitam o transporte. Segundo estimativas, existem centenas de laboratórios de drogas no país. Quase sempre são móveis, difíceis de localizar e protegidos por insurgentes contratados. O



Possíveis fluxos de heroína do Afeganistão²¹

refino da droga é relativamente simples, apesar de ser necessário um “*Chef*” experiente para misturar os produtos químicos precursores.

Em comparação com a erradicação, a interdição é — ao menos teoricamente — menos agressiva contra a população afegã. Quase não atinge os fazendeiros afegãos e, portanto, cria menos hostilidade entre os afegãos comuns. A NDCS afirma que a interdição “irá ajudar a diminuir a pressão contra os fazendeiros pobres que talvez não tenham opção, além de cultivar papoula para alimentar suas famílias”²². Em apoio a essas ações, estão sendo estabelecidas unidades especiais de polícia, um tribunal especializado e diversos presídios.

Infelizmente, muito pouco esforço está sendo direcionado na luta contra a corrupção relacionada às drogas, no país. Apesar de todas as promessas feitas pelo governo do Presidente Karzai e constantes da política da NDCS, a rápida organização do arcabouço administrativo do Estado afegão permanece sendo mais importante do que o controle vigoroso da corrupção. À época em que este artigo foi escrito, essa providência permanecia adiada. Em particular, a “corrupção funcional” nos escalões mais baixos — como o suborno das equipes de erradicação, para não incluir certos campos, ou dos policiais locais mal pagos, para “fazer vista grossa” nos pontos de controle — é endêmica. É comum que a droga confiscada consiga retornar às redes do tráfico. Nos altos escalões, há muita corrupção. Um dos políticos corruptos mais infames era Ahmed Wali Karzai, meio-irmão do Presidente e chefe do Conselho Provincial de Kandahar (morto em julho de 2011)²³. Rubin e Sherman descrevem a complexa rede de corrupção da seguinte forma:

Os pequenos traficantes que vêm à aldeia têm de pagar aos policiais (ou aos bandidos) que controlam a rua; os quais, por sua vez, passam uma parte dessa quota a seus superiores. O chefe de polícia do distrito talvez tenha sido obrigado a pagar um suborno considerável ao Ministro do Interior, em Cabul, para que fosse nomeado para um distrito produtor de papoula; ele também talvez tenha pago a um membro do parlamento ou a outra pessoa influente para apresentá-lo à

autoridade certa em Cabul. É possível que essas autoridades também tenham pago subornos (“contribuições políticas”) para obter posições, em que possam ganhar esse dinheiro²⁴.

Quase nenhum dos que são enviados ao tribunal especializado é um elo verdadeiramente importante na rede de tráfico. Muitos especialistas acreditam não ser possível julgar a corrupção afegã pelos padrões do Ocidente: trata-se de “um estilo de vida”. Ainda assim, a erradicação, mais do que a interdição, provou ser um instrumento com consequências políticas e sociais de longo alcance. Ela afeta diretamente os grandes fluxos financeiros e as autoridades políticas principais. O governo afegão acredita que, por ora, o país não é suficientemente seguro para que se possa abordar os problemas interconectados das drogas e da corrupção, de forma abrangente.

Há mais “gargalos” relacionados à interdição, alguns dos quais também se aplicam à erradicação. Primeiro, a produção de papoula, propriamente, não é reduzida de modo substancial. Isso se deve ao fato de que a intercepção das drogas e a detenção de traficantes não reduzem a demanda por papoula ou pelo ópio. Segundo, a interdição também favorece o jogo de forças políticas pelos poderosos: pode ser facilmente usada para eliminar inimigos pessoais, tribais ou políticos. Terceiro, a interdição irá, com maior probabilidade, fortalecer tão somente as Forças militantes adversas. A execução da interdição de forma corrupta e irrelevante produz vasta propaganda que o Talibã e outras Forças militantes podem utilizar em seu favor. Uma abordagem firme por parte das autoridades acabaria com

...uma política de interdição repressiva despertaria resistência política fundamental.

a renda de muitos afegãos, facilitando, assim, seu recrutamento por essas Forças. Além disso, à medida que aumenta o risco à produção e ao comércio de papoula, fica mais fácil para essas

Forças exigirem dinheiro para proteger rotas de contrabando e laboratórios. O quarto “gargalo” está relacionado ao fato de que uma política de interdição repressiva despertaria resistência política fundamental. Os políticos corruptos seriam afetados financeiramente e poderiam começar a alinhar-se com as Forças militantes adversas. Em quinto lugar — algo estreitamente ligado aos quatro “gargalos” já citados — a interdição pode ter consequências negativas para o apoio popular à estratégia de contrainsurgência. A população local terá menos vontade de compartilhar informações com as tropas da ISAF. Um último “gargalo” refere-se à falta de capacidade militar para realizar as operações de interdição com eficácia. A triste realidade é que, em 2009, apenas 1% das 1.300 toneladas de ácido anidrido (um importante precursor químico) que circulam no Afeganistão foi interceptado²⁵.

A combinação de todos esses “gargalos” — desde problemas de ordem prática até a resistência em engajar autoridades — também está presente na Província de Uruzgan. Pouco a pouco, a Força-Tarefa Uruzgan aumentou seu envolvimento nas operações de interdição. Contudo, a Holanda tem enfatizado que a repressão às drogas é uma responsabilidade prioritariamente afegã e que a interdição só poderá ter sucesso se integrar uma estratégia mais abrangente. A partir de 2008, houve um aumento de cooperação entre a FT e outras entidades, como a Agência de Combate às Drogas dos EUA. Também a partir do verão de 2008, um agente civil holandês, especializado no combate às drogas, juntou-se à força-tarefa, em caráter permanente. Um comandante holandês observou que “a interdição está intimadamente ligada às atividades de Inteligência. Tínhamos boa Inteligência, mas a maioria das informações não estava sendo abordada com uma perspectiva de combate às drogas. Quando recebemos o especialista, passamos a ter essa capacidade”²⁶. Embora o governo holandês continuasse a apoiar a realização de operações de interdição mais intensas, isso não foi o que ocorreu em Uruzgan. Apesar dessa abordagem, as autoridades afegãs e a FT Uruzgan interceptaram menos de mil quilos de ópio em 2009. Os resultados foram ínfimos, no que diz respeito ao rastreamento e à destruição de laboratórios, produtos químicos e bazares de ópio (nos principais centros populacionais, em

Tarin Kowt e Deh Rawood). De vez em quando, a FT descobria pequenas quantidades de papoula enquanto participava de operações de combate, mas isso pode ser atribuído a uma questão de sorte. Um oficial holandês declarou que “enquanto se busca contrabando, também se encontra papoula. Descobrimos uma quantidade significativa, mas isso era apenas uma fração do total”²⁷. A política determina que toda papoula que encontramos seja destruída, imediatamente. Caso contrário, a população pode especular sobre a papoula voltar ao mercado. Apesar desses esforços, Uruzgan permaneceu uma importante Província de trânsito para Helmand e para o Irã. As rotas de drogas mais importantes, perto de Tarin Kowt, Deh Rawood e Shahidi Hassas, sequer foram tocadas. Na sua maioria, os laboratórios eram localizados em áreas que estavam fora do controle da força-tarefa, ou seja, fora dos chamados “pontos no mapa” (zonas onde havia desenvolvimento). Isso as torna difíceis de rastrear. Fabrice Pothier, um especialista em assuntos internacionais, escreve:

A ideia de que algumas tropas da ISAF — principalmente estadunidenses, britânicas, canadenses e holandesas — podem se engajar somente em “ataques de interdição cirúrgicos”, contra laboratórios de heroína e redes traficantes, é mais teórica que realista. Essas instalações estão inseridas em um ambiente local complexo, e quaisquer ataques irão, provavelmente, acarretar danos colaterais²⁸.

É difícil avaliar e prever a efetividade da interdição como uma ferramenta, já que ela ainda está na fase inicial. Pelo menos, a Holanda e a Força-Tarefa Uruzgan têm estado cientes dos “gargalos”. A prisão de suspeitos importantes, como o chefe de gangue Matiullah Khan, poderia ter criado grande instabilidade na Província. A disposição política para correr riscos como esses não existia (e ainda não existe). Isso é compreensível.

“A situação em Uruzgan ainda não é segura”, afirmou um oficial holandês, um ano antes da saída da força-tarefa. “Para estabelecer um ambiente seguro precisamos realmente de uma unidade de combate [tal como um batalhão de infantaria da força-tarefa]. Essa unidade de combate tem outras prioridades, no entanto, e não se pode permitir que seja engajada ativamente no combate às drogas”²⁹.

Exército dos EUA, Sgt. Canaan Radcliffe



Um helicóptero OH-58D Kiowa Warrior sobvoa um campo de papoula na Província de Kandahar, Afeganistão, 24 Abr 11.

Erradicação e Interdição: Uma Comparação

A conclusão é óbvia: tanto a erradicação como a interdição são ferramentas para reduzirmos a oferta de drogas com — potencialmente — grandes e imprevisíveis consequências econômicas, políticas, sociais, tribais e militares. Antes de 2008, a NDSC enfatizava a erradicação. A partir desse ano, a ênfase foi dada à interdição. O governo holandês e a Força-Tarefa Uruzgan também preferiam esta última como a principal ferramenta para o combate ao narcotráfico. Ao mesmo tempo, estavam conscientes de que a interdição iniciada cedo demais teria resultados negativos.

Faz sentido preferir interdição à erradicação, já que a primeira lida com aquilo que é fundamental, nessa questão. Para começo de conversa, a ferramenta interdição tem muito menos alvos que a erradicação. Nesta última, todos os fazendeiros e campos de papoula são alvos. A interdição oferece maiores possibilidades de resultados rápidos, atuando sobre os traficantes e seus intermediários, que se beneficiam da instabilidade³⁰. Além disso, ela oferece menos vantagens para as Forças militantes adversas, já que gera menos antagonismo na população. A interdição é mais barata do que as campanhas de erradicação, que quase sempre são muito amplas. Isso exige um sistema de Inteligência que funcione bem. Terceiro, mais de 75% do lucro das drogas fica com os traficantes e intermediários, enquanto a erradicação prejudica principalmente os fazendeiros pobres e leva a um aumento dos

preços. Como resultado, a interdição irá levar mais rapidamente a um colapso financeiro das redes de drogas afegãs. Quarto, a interdição transmite um sinal mais favorável do que a erradicação: ela inicia uma caça aos traficantes e aos políticos corruptos, e não aos fazendeiros pobres. Mais uma vez, isso reforça a legitimidade do governo afegão. No longo prazo, a demanda pela papoula irá diminuir mais rapidamente em função da interdição (comparado com o que poderia acontecer com a erradicação), simplesmente porque, teoricamente, o tráfico de drogas se tornará arriscado demais quando comparado ao rendimento que proporciona.

Em conclusão, a interdição se coaduna melhor com a conquista dos corações e mentes da população local, se comparada à erradicação. Contudo, a Força-Tarefa Uruzgan só pode exercer um papel coadjuvante e apoiar o “dono” do problema — o governo afegão — com dados de Inteligência e com apoio em material e ações. O alinhamento da capacidade de Inteligência, combinado com maior atenção dedicada ao treinamento anterior ao desdobramento — no qual seriam estudados o papel e as estruturas das redes de drogas —, poderia apoiar esse emprego. De qualquer forma, a interdição só será efetiva, a longo prazo, se for combinada com outros pilares do combate às drogas, como a criação de um sistema judiciário efetivo e o desenvolvimento econômico confiável, incluindo o incentivo a culturas alternativas. Durante esse processo, a paciência será fundamental. **MR**

REFERÊNCIAS

1. MACDONALD, David. *Drugs in Afghanistan Opium, Outlaws and Scorpion Tales* (London: Pluto Press, 2007), p. 61-62.
2. CIA, "Field listing: illicit drugs", *The World Factbook*, disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2086.html>>.
3. MACDONALD, p. 61-62.
4. MCCHRYSTAL, Stanley A. "COMISAF's Initial Assessment", HQ ISAF (Kabul, August 30, 2009); COLLUCI, Craig C. "Committing to Afghanistan: The Case for Increasing U.S. Reconstruction and Stabilization Aid", *Military Review* (May-June 2007): p. 90-97; ISLAMIC REPUBLIC OF AFGHANISTAN, "Afghan National Development Strategy", Afghanistan National Development Strategy Secretariat (Kabul, 2008).
5. UN OFFICE ON DRUGS AND CRIME, "Afghanistan Opium Survey 2009", Sep. 2009, p. 3.
6. FELBAB-BROWN, Vanda. "Opium Licensing in Afghanistan: Its Desirability and Feasibility", *Foreign Policy at Brookings Institute, Policy Paper Number 1*, 1 Aug. 2007, p. 2.
7. SENLIS COUNCIL, *Poppy for Medicine* (June 2007), disponível em: <http://www.poppyformedicine.net/documents/Poppy_for_medicine_in_Afghanistan>.
8. AFGHANISTAN MINISTRY OF COUNTER-NARCOTICS, *National Drug Control Strategy: An updated five-year strategy for tackling the illicit drug problem* (Kabul, Jan. 2006). A estratégia inclui quatro prioridades (combate, fortalecimento de meios de sustento em áreas rurais, redução da demanda e fortalecimento das instituições do Estado) e oito pilares (conscientização da população, cooperação internacional e regional, meios de sustento alternativos, redução da demanda, repressão legal, sistema judiciário, erradicação e desenvolvimento de instituições).
9. Para uma escolha semelhante, consulte, por exemplo, RUBIN, Barnett; SHERMAN, Jake. *Counter-narcotics to Stabilize Afghanistan: the False Promise of Crop Eradication* (New York: Center for International Cooperation, Feb. 2008), p. 24-25.
10. UNODC (Documento da Organização das Nações Unidas), "Afghanistan opium survey 2009", p. 2.
11. AFGHANISTAN INVESTMENT SUPPORT AGENCY, *Regional Rural Economic Regeneration Strategies*, "Provincial Profile for Uruzgan Province", disponível em: <<http://www.aisa.org.af/downloads/provincialprofiles/uruzgan.pdf>>.
12. Para mais sobre a política holandesa, consulte a nota dos Ministros de

- Assuntos Externos, Defesa e Cooperação em Desenvolvimento, que contém uma avaliação sobre a situação no Afeganistão, 28 Out. 2008, *Tweede Kamer* 2008-2009, 27925, nr. 325.
13. Declaração de um fazendeiro da Província de Helmand, citada em PETERS, Gretchen. *Seeds of Terror: How Heroin is Bankrolling the Taliban and Al Qaeda* (New York: St. Martin's Press, 2009).
 14. Por exemplo, CHOUVY, Pierre-Arnaud. *Opium, Uncovering the Politics of the Poppy* (New York: Harvard University Press, 2009), p. 165.
 15. Os programas e órgãos afetados do governo são a Força de Erradicação afeğã, os Programas dos Governadores para a Eliminação e a Erradicação de Papoula, e a Célula Central de Planejamento de Erradicação.
 16. RUBIN; SHERMAN, p. 27.
 17. FAIEZ, Rahim. "Afghan Minister Says Drug Strategy is Perfect", *Associated Press*, 29 Jun. 2009.
 18. Embora, no início, o Ministro de Defesa holandês tenha demandado uma abordagem de erradicação agressiva, o Ministro de Cooperação em Desenvolvimento resistiu fortemente a essa ideia. Esta visão ainda é a predominante nos contatos com as autoridades afeğãs.
 19. Christina Oguz, chefe do Escritório da ONU sobre Drogas e Crimes (UNODC) em Cabul.
 20. UNODC, "Addiction, Crime and Insurgency: the Transnational Threat of Afghan Opium" (Vienna, October 2009), p. 104-105, disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/afghanistan/Afghan_Opium_Trade_2009_web.pdf>.
 21. UNODC, "Addiction, Crime and Insurgency", p. 60.
 22. "National Drug Control Strategy", p. 18.
 23. Por exemplo, RISEN, James. "Reports Link Karzai's Brother to Afghanistan Heroin Trade", *The New York Times*, 4 Oct. 2008.
 24. RUBIN; SHERMAN, p. 22-23.
 25. UNODC, "Addiction, Crime and Insurgency", p. 69.
 26. Entrevista com um oficial holandês, jul. 2009.
 27. Entrevista com um oficial holandês, jul. 2009.
 28. POTHIER, Fabrice. "NATO's Drug Problem", 15 Oct. 2008, disponível em: <<http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=20018>>.
 29. Entrevista com um oficial holandês, jul. 2009.
 30. Segue a linha defendida por Amitai Etzioni, que afirma que se deve buscar a vitória fácil, em seu artigo "Reconstruction: A Damaging Fantasy?", *Military Review* (November-December 2008), p. 111-117.

UNITED STATES POSTAL SERVICE®			
Statement of Ownership, Management, and Circulation (Requester Publications Only)			
1. Publication Title	2. Publication Number	3. Filing Date	
MILITARY REVIEW (Brazilian)	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	30 Sep 2011	
4. Issue Frequency	5. Number of Issues Published Annually	6. Annual Subscription Price (If any)	
Bi-monthly	6	N/A	
7. Complete Mailing Address of Known Office of Publication (Not printer) (Street, city, county, state, and ZIP+4®)			
Military Review 290 Stimson Avenue, Unit 2, Fort Leavenworth, KS 66027-1254			
8. Complete Mailing Address of Headquarters or General Business Office of Publisher (Not printer)			
NFC, INC 11710 Dunnington Hwy, Clayburg, PA 16625			
9. Full Names and Complete Mailing Addresses of Publisher, Editor, and Managing Editor (Do not leave blank)			
Publisher (Name and complete mailing address) Colonel John J. Smith 290 Stimson Avenue, Unit 2, Fort Leavenworth, KS 66027-1254			
Editor (Name and complete mailing address) Maryls Cook 290 Stimson Avenue, Unit 2, Fort Leavenworth, KS 66027-1254			
Managing Editor (Name and complete mailing address)			
10. Owner (Do not leave blank. If the publication is owned by a corporation, give the name and address of the corporation immediately followed by the names and addresses of all stockholders owning or holding 1 percent or more of the total amount of stock. If not owned by a corporation, give the names and addresses of the individual owners. If owned by a partnership or other unincorporated firm, give its name and address as well as those of each individual owner. If the publication is published by a nonprofit organization, give its name and address.)			
Full Name	Complete Mailing Address		
N/A	290 Stimson Avenue, Unit 2 Fort Leavenworth, KS 66027-1254		
11. Known Bondholders, Mortgagees, and Other Security Holders Owning or Holding 1 Percent or More of Total Amount of Bonds, Mortgages, or Other Securities. If none, check box			
<input checked="" type="checkbox"/> None			
Full Name	Complete Mailing Address		
N/A	N/A		
12. Tax Status (For completion by nonprofit organizations authorized to mail at nonprofit rates) (Check one)			
<input type="checkbox"/> Has not changed during preceding 12 months			
<input type="checkbox"/> Has changed during preceding 12 months (Publisher must submit explanation of change with this statement)			

13. Publication Title	14. Issue Date for Circulation Data Below	
MILITARY REVIEW (Brazilian)	Aug 2011	
15. Extent and Nature of Circulation	Average No. Copies Each Issue During Preceding 12 Months	No. Copies of Single Issue Published Nearest to Filing Date
a. Total Number of Copies (Net press run)	1,873	2,025
(1) Outside County Paid/Requested Mail Subscriptions stated on PS Form 3841 (Include direct orders received from recipient, advertising and internet requests from recipient, paid subscriptions including national rate subscriptions, employer requests, advertiser's proof copies, and exchange copies.)	574	700
(2) In-County Paid/Requested Mail Subscriptions stated on PS Form 3841 (Include direct orders received from recipient, advertising and internet requests from recipient, paid subscriptions including national rate subscriptions, employer requests, advertiser's proof copies, and exchange copies.)	0	0
(3) Sales Through Dealers and Carriers, Street Vendors, Counter Sales, and Other Paid or Requested Distribution Outside USPS	39	44
(4) Requested Copies Distributed by Other Mail Classes through the USPS (e.g. First-Class Mail®)	1,259	1,281
c. Total Paid and/or Requested Circulation (Sum of 13b (1), (2), (3), and (4))	1,872	2,025
(1) Outside County Nonrequested Copies Based on PS Form 3841 (Include Sample copies, Returned Over 2 years old, Requests Initiated by a Premium, Bulk Sales and Requests including Association Requests, Names obtained from Business Directories, Lists, and other sources)	0	0
(2) In-County Nonrequested Copies Based on PS Form 3841 (Include Sample copies, Returned Over 2 years old, Requests Initiated by a Premium, Bulk Sales and Requests including Association Requests, Names obtained from Business Directories, Lists, and other sources)	0	0
(3) Nonrequested Copies Distributed Through the USPS by Other Classes of Mail (e.g. First-Class Mail, Nonrequested Copies mailed in excess of 15% Limit mailed at Standard Mail® or Package Services Rates)	0	0
(4) Nonrequested Copies Distributed Outside the Mail (Include Pickup Stands, Trade Shows, Showrooms and Other Sources)	0	0
e. Total Nonrequested Distribution (Sum of 13c (1), (2), (3), and (4))	0	0
f. Total Distribution (Sum of 13c and e)	1,872	2,025
g. Copies not Distributed (See Instructions to Publishers #4, page K3)	0	0
h. Total (Sum of 13f and g)	1,872	2,025
i. Percent Paid and/or Requested Circulation (13c divided by 13h times 100)	100%	100%
16. Publication of Statement of Ownership for a Requester Publication is required and will be printed in the Nov/Dec 2011 issue of this publication.		
17. Signature and Title of Editor, Publisher, Business Manager, or Owner		
Colonel John J. Smith, Director, Military Review	Date 30 Sep 11	

I certify that all information furnished on this form is true and complete. I understand that anyone who furnishes false or misleading information on this form or who omits material or information requested on the form may be subject to criminal sanctions (including fines and imprisonment) and/or civil sanctions (including civil penalties).

PS Form 3526-R, September 2007 (Page 1 of 2) (Instructions Page 3) PSN: 7530-02-000-8003 PRIVACY NOTICE: See our privacy policy on www.usps.com

USPS Statement of Ownership 2011